Não foi certamente por acaso ou mera coincidência cronológica que o excelente mensário americano "National Geographic", órgão oficial da Sociedade de Geografia dos Estados Unidos, publicou no seu número de Fevereiro deste ano um artigo dedicado ao arquipélago dos Açores.

Escrito por Don Moses, profusamente ilustrado por O. Louis Mazzatenta, com aquele vigor textual e explendor gráfico que são timbre do famoso

magazine, o artigo preenche nada menos de 29 páginas, o que diz a importância que lhe foi atribuída pelos editores.

O título é desde logo espicaçante da curiosidade dos leitores em geral, dos leitores portugueses em especial: **Os Açores, nove ilhas à procura do futuro.** O ante-título, ainda mais aliciante, reza assim: **Católicas, conservadoras, e altivas, com um espírito voltado para a autonomia governativa** (home rule), **estas ilhas serenas e pastoris enfrentam tempos incertos.**

A belíssima fotografia que defronta a primeira página do artigo também é muito esclarecedora: tendo por fundo uma típica calçada de aldeia açoreana, uma velhota vestida de luto tem na mão esquerda um pão, e ergue a dextra ao alto, formando com o dedo médio e o indicador o V divulgado por Churchill e Franklin Roosevelt, inicial da Vitória alcançada na Segunda Guerra Mundial, em cujo desfecho os Açores representaram tão importante papel. E, a legenda que acompanha a estampa diz: **Bid for change** — ou seja "lanço de mudança", no sentido que se usa nos leilões... "Uma ancia da ilha Terceira clama a sua preferência pelo Partido Popular Democrático — que advoga a autonomia dos Açores dentro da República Portuguesa. Governadas por Portugal desde há cerca de cinco séculos, as ilhas centro-atlânticas há muito tempo que se irritam com o seu papel de cesto de provisões dessa nação europeia. Durante todo o ano de 1975, o torvelinho político em Lisboa estimulou agitações de descontentamento a tornarem-se um forte movimento dos Açoreanos para traçarem o seu próprio destino."

Este programa programático é larga e pormenorizadamente exposto ao longo do texto do artigo.

HARPOAÇÃO À BALEIA... E NÃO SÓ

Assim como quem não quer a coisa, Don Moses começa por descrever com vivas cores uma harpoação de baleia a que assistiu, elogiando a coragem dos harpoadores, mas sem deixar de sublinhar o primitivismo dos seus métodos. Mais adiante, um deles queixa-se disso mesmo; e o repórter americano apressa-se a esclarecê-lo que, enquanto nos Açores se pescam em média umas 200 baleias por ano, as novas frotas do Japão e da União Soviética pescaram, só em 1973, nada menos de 32 457! (Note-se a precisão estatística do número, das dezenas de milhar até às unidades).

Os subtítulos também são significativos: **Pobres, talvez, mas ricos de carácter** (o que é sem dúvida muito verdadeiro)... **Os baleeiros do Pico agarram-se a velhos métodos** (tão verdadeiro como intencional). E as estampas e respectivas legendas não o são menos. Em duas páginas fronteiras (266 e 267), vêem-se dois mecânicos americanos inspeccionando um avião de transporte na base das Lajes, cedida por Portugal aos Estados Unidos no âmbito da OTAN (nunca referida no artigo); estivadores apupando o oficial dum navio tripulado por comunistas (moreno barbudo, com todo o aspecto físico de **cubano**); um peixeiro "açoreano" (o autor nunca os denomina "portugueses") passando diante de um muro coberto de cartazes de partidos políticos: PS, PPD, CDS, PPM... Nem um só do PCP, o que a legenda não deixa de explicar, ao dizer: "O receio de uma tomada do poder em Lisboa contribuiu para os sentimentos anticomunistas". "E mais adiante elucida: "Uma vasta população de emigrantes açoreanos nos Estados Unidos encoraja estreitos laços com a América. Pessoal militar de uns 1500 homens estaciona no Campo das Lajes (...) num programa de contratos marido-e-mulher".

MOTIVAÇÃO ÓBVIA

Tudo verídico, insuspeito, salvo para os desconfiados como nós. Porém, a meio do artigo, dando finda a dramática, emocionante descrição da pesca à baleia, Don Moses aborda de caras o assunto que obviamente motivou a publicação. Subtítulo: **Vitória no mar, torvelinho em casa.** E conta que "numa taberna da Calheta a conversa derivou para a política e o futuro". (Não escondemos que este "e o futuro" nos provocou um arrepio retrospectivo). "Se tivéssemos liberdade, diz um homem, as ilhas podiam desenvolver-se. Nós não somos mandriões, trabalharemos sem descanso. Poderíamos ter atuneiros... Precisamos de barcos-frigoríficos e redes como têm os pescadores da Califórnia".

E acrescenta o repórter: "Ouço por toda a parte o mesmo estribilho. Há anos que Portugal "muge a vaca de ouro", clamam os Açoreanos, explorando a abundância agrícola das ilhas, impondo pesadas taxas às importações e exportações, e dando pouco em troca. E por cima disto somou-se o controlo esquerdista." Narra em seguida a "explosão do ressentimento", com o incêndio do Centro de Trabalho do PCP na Terceira, o mergulho do automóvel do chefe comunista local no mar de S. Miguel, as manifestações anti-PC nas maiores cidades", seguidas da expulsão dos "comunas" e "procomunas", incluindo o governador.

Abordando decididamente o tema principal, escreve: "O gume de movimento de independência é a Frente para a Libertação dos Açores. Como os Açoreanos simpatizam com os Americanos, um visitante dos Estados Unidos não tem qualquer dificuldade em encontrar-se com membros da FLA. Viajando nas ilhas fui continuamente abordado por motoristas de táxis, trabalhadores de escritório e lavradores, ansiosos por me dizerem a sua afiliação ao movimento".

Transcreve a seguir um diálogo com o cura duma aldeia de S. Miguel: "— Quantas pessoas vivem nesta aldeia? — Mil e quatrocentas. — Quantas são a favor da independência? — Pelo menos mil e cem, aproximadamente". E o subtítulo fala por si mesmo, como as antigas Fox-Movietone News: **Um padre prepara-se para a batalha.**

Num anexo da igreja, uma dúzia de homens discutem os objectivos da FLA. "O governo não nos fornece livros nem artigos escolares. Muitas pessoas só frequentam a escola três ou quatro anos; mal sabem ler e escrever. Temos valiosas águas minerais mas os portugueses não autorizam a sua exportação — não querem que concorramos com as companhias de Portugal — e portanto vão para o esgoto. Pagamos a 26 escudos o quilo de açúcar, devido aos impostos, apesar de cultivarmos beterraba sacarina. Veja este homem — e apontou para um dos presentes — é madeireiro, corta árvores ilegalmente, porque não tem licença de Lisboa para as abater, e a licença demora muito tempo. Portugal sempre nos considerou portugueses de terceira classe".

"Muitos Açorenas aguardam que os Estados Unidos os ajudem, decerto com apoio moral, talvez com assistência económica. 'A América é como Deus para nós', diz-me um amigo açoreano no Faial; e se o acentuava com mais força que muitos outros, não há dúvida que os Açoreanos olham os Estados Unidos com caloroso afecto."

Agora somos nós que damos um murro na mesa, para lembrar aos incautos, por ignorância da História ou desprezo por ela, que no século XVII, quando os Açoreanos da Terceira não gostaram do Governo de Lisboa, dominado por estrangeiros, se mantiveram dele independentes durante muito tempo. A quem o recordar, o artigo da "National Geographic" pode ser muito útil.

os AÇORES debaixo de olho

Na problemática do espaço português, revirada pela descolonização do Gen. Costa Gomes, do Maj. Melo Antunes e do Dr. Mário Soares, a questão da independência dos Açores põe-se, para alguns açoreanos, do seguinte modo:

Os Açores (como Cabo Verde) foram achados desertos pelos portugueses, no séc. XV. A partir daí, foram povoados por portugueses. Nem nos Açores, nem em Cabo Verde, havia gente, uma civilização, fosse o que fosse para dominar imperialisticamente.

Cabo Verde que, portuguesmente, era como são os Açores, foi entregue aos russos através do P.A.I.G.C. Comunizado Portugal, porque é que os Açores não podem separar-se do rectângulo europeu e juntar-se aos americanos?

O problema da independência dos Açores é posto tal e qual assim, graças à errada política que Melo Antunes delineou para a descolonização. O manter-se, ou não, os Açores juntos com a mãe-pátria depende só da capacidade que tenham os Governos portugueses de reformular as relações Lisboa-Províncias.